

**9º CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA
ALACIP
GT-18. POLÍTICA SUBNACIONAL E URBANA,
DESCENTRALIZAÇÃO E FEDERALISMO.**

**LEILIANNE FRANCIELLE SILVA
WIGUINA RAYAM DA SILVA
VANUCCIO MEDEIROS PIMENTEL**

**ANÁLISE DA BANCADA EVANGÉLICA E SEU PERFIL DE VOTOS
COM APONTAMENTOS NO DESENHO CONSTITUCIONAL
BRASILEIRO**

Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP).

Montevideo, 26 ao 28 de julho de 2017

ANÁLISE DA BANCADA EVANGÉLICA E SEU PERFIL DE VOTOS COM APONTAMENTOS NO DESENHO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

Leilianne Francielle Silva, leiliannefrancielle@gmail.com, Wiguina Rayam da Silva, wrayane@hotmail.com Graduandas em Direito pela ASCES/UNITA.

Vanuccio Medeiros Pimentel (Orientador) vanucciopimentel@asc.es.edu.br, Doutor em Ciência Política pela UFPE e Professor da ASCES/UNITA.

A resposta no processo legislativo do constituinte originário de 1985 foi à descentralização por meio do federalismo, já que, a ansiedade por um sistema perfeito difuso na sociedade, principalmente, porque a constituição foi à resposta há anos de ditadura e que acabariam com qualquer arbitrariedade do Estado, pois o contexto histórico é encontrado a tutela e a dificuldade na CF/88 para não haver uma retroatividade política. Estabelecer esse estudo envolve a preocupação de utilizar as formas de estudo de federalismo desencadeando os estudos primordiais e fazer referência ao perfil de voto e entender se a estratégia é diferente ou não já que o crescimento de tal bancada, muitas vezes, contrapõe com os princípios do Estado Democrático de Direito revelam para o cidadão brasileiro. A pesquisa vai compreender como o perfil de voto eleitoral da bancada evangélica na Câmara de Deputados do nordeste se desenvolve com a referência ao Deputado Pastor Eurico. A constituição gera uma nova adaptação e novos objetivos e fundamentos gerando diversos problemas sociais, na política, mas o que contribui em massa para ampliar o problema de efetividade dos direitos no Brasil em seus aparelhos federativos.

Palavras- Chave: Direito Constitucional; Bancada Evangélica; Estado Democrático de Direito

1. O RESPEITO À RELIGIÃO E O FEDERALISMO

O processo legislativo da constituinte de 1985 foi à descentralização por meio do federalismo que geraram os problemas de governabilidade e as ingerências administrativas vislumbradas na gestão pública nas esferas Federais, Estaduais e municipais. A valorização e a autonomia dos poderes locais desempenharam um papel crucial, pois o Brasil possui uma carga histórica que se funde pela confusão entre o público e o privado. A legislação se molda para garantir que os institutos dominantes consolidem seu papel de administração da Res

publica, porém com finalidades privadas, assegurando autonomia perante o poder executivo e legislativo.

O desenho constitucional facilitou os esquemas de votos por poder familiar, historicidade política e também pelo apoio de diversas instituições para representação no Congresso Social. (AMES 2003): “Qualquer grupo de pessoas politicamente organizado e de tamanho e de tamanho suficiente tem condições para eleger um deputado para representar o grupo”.

O poder que as igrejas desenvolvem dá-se pela defesa da moral e bons costumes da família tradicional, modelo este pregado na maioria das cidades brasileiras que no federalismo brasileiro desempenha o papel de ente federativo. Como formação de uma nova estrutura emerge a Política de renovação das bancadas evangélicas para “restaurar” os pensamentos vinculados à estrutura religiosa, já que, quem é religioso é uma pessoa de confiança. Portanto, a sociedade confia em estruturas que tratem de ideias de ordem e crescimento por disciplina com manutenção das estruturas básicas (Saúde, Educação, Lazer).

Tal ideia busca unir as ideias de como iniciou a estrutura dos clãs políticos, as falhas e avanços do modelo do Estado democrático de Direito pós- 88 e como essas estruturas delimitadas na constituição de 1988 implicaram na criação dos clãs políticos e como estão se organizando a nova formação dos clãs políticos. E construir o pensamento da força das bancadas evangélicas atualmente em comparação a estrutura dos municípios e seus caciques locais em relação ao Pastor Marco Feliciano (PSC-SP) e Pastor Eurico (PSB-PE) no Congresso Nacional.

As fragmentações de ideias e das classes existentes na sociedade deveriam contribuir para o debate acerca de extensão, proteção de direitos coletivos, mas o molde estabelecido pelos diplomas legais e os caciques locais desenvolvem pensamentos genéricos, exclusão que justificam suas ideias na Bíblia, na moral e bons costumes e criando uma classe de formadores de opiniões cedidos em seus discursos.

Segundo reportagem da UOL: “No Brasil, os evangélicos representam 22,4% da população (uma em cada cinco pessoas), ante a cerca de 65% de católicos (três em cada cinco pessoas), segundo dados do Censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Nestas eleições, **o número de candidatos abertamente evangélicos (que usam**

nome na urna com expressões como "bispo", "pastor" e "missionário") cresceu 45% em relação a 2010. Três deputados com "pastor" no nome de urna foram eleitos.”.

Top 5: igrejas evangélicas com maior nº de deputados

Assembleia de Deus	19
Batista	10
IURD	7
Presbiteriana	7
Renascer e Evangelho Quadrangular	4 cada uma

Fonte: Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida | Setembro de 2014
demonstrando a quantidade de deputados na Câmara com as suas filiações religiosas.

Portanto, o crescimento desta classe gera um fenômeno curioso que é o instinto comportamental do indivíduo religioso repetir seu comportamento de moral e bons costumes dentro do poder legislativo com o dogma da sua Igreja. O perfil de voto dos deputados são evangélicos que enxergam no seu líder religioso a capacidade de mudança no país e que os dogmas religiosos devem repetir-se também no congresso nacional, já que, seu deputado é limpo ou puro.

Antes que a constituição de 1988 entrasse em vigor, com toda sua maleabilidade para que grupos sociais consolidassem sua representação em bancadas, já existiam líderes religiosos, parlamentares evangélicos, mas não existia uma organização institucional da campanha desse grupo específico eram evangélicos que decidiam se candidatar e eventualmente recebiam o apoio de suas igrejas.

Afirma-se que historicamente surgiu a bancada evangélica como luta pelos mesmas ideia, protegendo uma classe que não se sente representada, apenas socialmente pelas igrejas, mas no Congresso nacional onde (DRUMOND,2016):

“Foi apenas ao final da década de 1970, e de maneira ainda pouco coordenada, que começaram a se organizar campanhas direcionadas a eleitores evangélicos, indicando uma expansão do religioso em direção ao momento político-eleitoral. Como indica Saulo Baptista, é então que são lançados os slogans eleitorais: crente vota em crente, irmão vota em irmão, trabalhador pentecostal vota em trabalhador pentecostal. Tal movimento, no entanto, experimentaria uma

consolidação nos anos seguintes, com a abertura democrática e convocação do processo constituinte. Segundo o mesmo autor, ao menos três das mais importantes denominações evangélicas de então investiriam na eleição de candidatos evangélicos, a Assembleia de Deus, a Igreja Universal e a Igreja Quadrangular (2007, p. 183). E o fariam evitando a concentração em uma sigla partidária única, optando por espalhar sua presença nos partidos existentes.”

Com a advento do federalismo, o fim do monopólio político e do garantismo estatal retorna à sociedade pós-ditadura: a liberdade e tolerância religiosa. Ocorre o aumento do número de agentes e grupos religiosos e a diversificação da oferta de produtos e serviços religiosos. Nesse contexto pluralista, as agremiações religiosas, para sobreviver e crescer, são compelidas a concorrer e disputar mercado, conforme (MARIANO, 2003:114):

“Para tanto, muitas organizações religiosas, além de reforçar seu proselitismo, estimulando o ativismo do clero e a militância dos leigos, procuram, como forma de atrair clientela e recrutar novos adeptos, conquistar novos nichos de mercado.”

A grande presença da bancada evangélica mesmo composta por instituições religiosas de diversas denominações (onde a candidatura, posicionamento, e discussões são diferentes), ainda assim, apresentam a crescente ascensão de candidatos eleitos por trazer discursos defendendo a moral, a bíblia e representando a sua classe.

Ocorre que, sendo uma bancada heterogênea, várias são as formas que existem para conseguir a candidatura, um desses modelos a ser adotado é a da denominação evangélica que o candidato se utiliza do cargo e o nome eclesiásticos que possui na instituição para comover os seus eleitores/fiéis como candidato ideal para uma representatividade da igreja a qual esses eleitores são membros. Um exemplo é a Assembleia de Deus uma igreja fortemente influente no nordeste com várias sedes nesta região desempenhando em seus membros um estilo de vida trazido como modesto e por consequência, mais adequado para os padrões religiosos em que ela mesma prega.

Segundo (Suruagy,2017): “A Assembleia é uma igreja com muitas dissidências e muitas divisões internas, por isso não é possível estabelecer hierarquicamente os candidatos oficiais. As igrejas têm fortes lideranças regionais e uma fragilidade do ponto de vista nacional”.

Mas, quando parte para outras denominações, mesmo possuindo características estruturais semelhantes, estas com relação a política se desenvolvem de maneira diferente, até porque, o espaço geográfico outro. Tendo por base o Sul e Sudeste do Brasil a instituição que

prevalece nestas regiões é a Igreja Universal do Reino de Deus onde sua forma de atuação conta ainda com TV, internet e campanhas de ordem nacional e internacional.

Com o pequeno adendo, vale a pena ressaltar que tal instituição serviu como influência para as demais na utilização destes recursos, visto que foi a pioneira nesta empreitada.

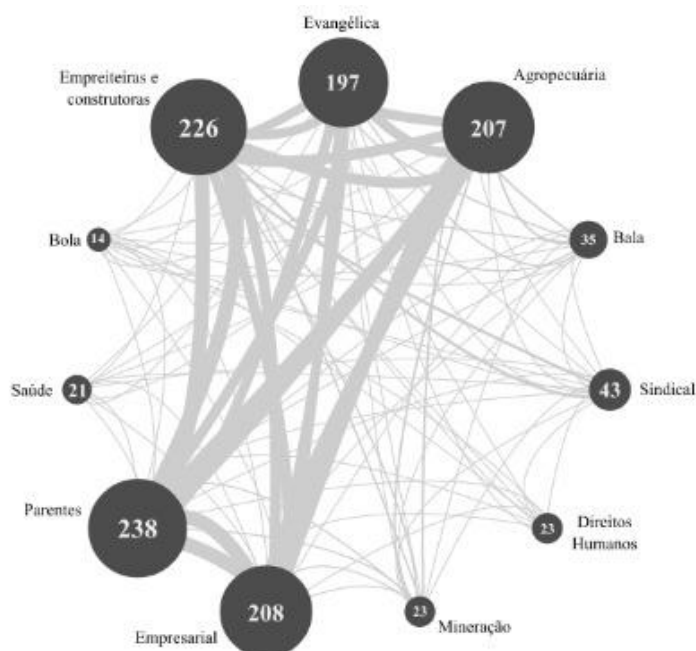
“Na Universal, como o poder é nacional, tem uma sede hierarquizada que consegue controlar a instituição, candidaturas independentes não acontecem. Até porque os parlamentares que foram eleitos com esse apoio institucional e que na segunda legislatura tentaram se candidatar de forma independente não ganharam as eleições”. (SURUAGY, 2011)

Também ocorre na linha de trabalho as pessoas que, muitas vezes, chamadas de evangélicas onde vincula sua candidatura a religião, porém não apresentam trajetória política atrelada a ideais religiosos e sim em defesa de suas convicções, para esta pesquisa será afastado esses exemplos, pois o estudo consiste em expor a perspectiva de como a igreja interfere e influencia a candidatura de tais líderes.

As opiniões nesta linha de estudo, ao relacionar a religião e a política são semelhantes, para (SURUAGY, 2011): “Esses parlamentares gostam de dizer que separam bem a fé no âmbito privado da política na esfera pública. Mas é uma distinção contraditória porque eles tomam, sim, como referência algumas crenças e valores para orientar suas práticas parlamentares e votações como quando se discute aborto e homofobia, por exemplo.”

2. A BANCADA EVÂNGÉLICA E SEUS REFLEXOS

O caso a ser apresentado será o estudo da bancada evangélica no Congresso Nacional sendo composta por 197 parlamentares, sendo uma das mais fortes e de maiores influências dentro do congresso:



Fonte: Arte mostra quantos deputados integram as principais bancadas por atuação na Câmara- 2016

http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/02/bancadas_publica2.jpg

A Frente Parlamentar Evangélica é um bom exemplo da força da articulação de grupos conservadores. “As frentes de segurança pública e a evangélica correm juntas aqui. Nós temos os mesmos valores. A gente se ajuda realmente, não integramos [a frente evangélica, da qual Augusto também faz parte] apenas com o nome, para constar, mas para efetivamente ajudar em todos os projetos que eles estão apoiando”, reconhece o PM. Ele rechaça a ideia de os pontos que unem os dois grupos sejam de um conservadorismo extremista. “Preservamos a questão da família, da moral, da ética, da honestidade. Não tem como ser radical nesses valores – ou você tem, ou você não tem. Ou você é honesto, é um cidadão de bem, ou você não é.” (UOL- Conheça as 11 bancadas do Congresso Nacional, 2016).

Observa-se que o perfil de ações desta bancada está ligado com os valores que no senso da bíblia determina-se como correto adicionando a sociedade o valor moral e de dignidade dos antigos tempos onde à religião e o Estado estavam em busca da segurança e do melhor para a população.

As escolhas que se moldaram na constituinte gera impacto dentro sistema organizacional e governamental brasileiro: Os problemas fiscais, a falta de organização da criação de municípios, os subsídios que foram decididos através de alianças políticas foram pontos decisivos para acarretar a dificuldade do desenho constitucional traçado na constituição.

A precariedade gerada pela falta de organização no desenho constitucional levou aos partidos e chefes políticos a traçarem uma nova forma de conseguir chegar ao poder através de alianças que começariam, primeiramente, pelo município através de troca de favores, prestando serviços, facilitando orçamento para a política local. As estratégias criadas moldam-se ao desenho constitucional.

O poder da Igreja está mais que demonstrado historicamente na idade média e tal processo está se repetindo no Brasil onde os diplomas legais exploram a defesa da liberdade, tendo como fundamento a dignidade da pessoa humana, mas suas posições acerca de temas flagrantemente humanitários são duvidosas, visto que excluem qualquer forma social diferente dos parâmetros estabelecidos pelas suas instituições religiosas.

Não se pretende afirmar com isto que o candidato venha a renunciar no seu âmbito privado religioso as suas convicções, princípios baseados na religião cristã, ainda assim o cidadão que na investidura do cargo (Deputado Federal) de representante do povo embora

cristão deverá, por sua vez, ter pleno conhecimento dos deveres e função que este cargo representa, visto que, se o mesmo, não tiver consciência de que a atribuição que ocupa requer certa imparcialidade em decisões de grande impacto social, ele não está, por sua vez, prestando o serviço a ele atribuído.

Mas uma vez entra-se a dicotomia entre o público e o privado, no dilema histórico que perpassa os tempos na política brasileira nacional, dilema este que consiste em uma grotesca confusão dos interesses públicos e a ideais privados possibilitando observando apenas a nova roupagem no qual este problema se revestiu roupagem de cunho religioso.

O poder da bancada se organiza num discurso acalorado tanto no âmbito político quanto no religioso sendo este discurso uma consequência para o tipo de voto que detêm para desempenhar as suas funções. A implicação desse efeito é entender como esses mecanismos se refletem no voto de deputados que estão eleitos no pleito de 2014 para a câmara de deputados, sendo esses deputados da região nordestina que são segundo o (DIAP, 2014): 49. A escolha da região se dá pelo contexto cultural semelhante ao dos pesquisadores que entenderão a configuração cultural interna evangélica das estratégias de voto.

O que na maioria das vezes essa bancada que tem 199 deputados se preocupa é o que ocorre de outra forma quando acontece a criação de um partido político é a preocupação de querer o apoio de todos os níveis de eleitores o que esclarece a grande quantidade de frentes existentes na Câmara de Deputados e tem como bases dois aspectos essenciais:

- a) A defesa de interesses determinados: anseio em defender os aspectos característicos das bancadas, mas isso é outra consequência para entender o perfil de voto que tais deputados desempenham.
- b) O contexto desta bancada é, assim como dos políticos clássicos, ganhar votos em seus templos e lutar por seus direitos usando como justificativa a moral e os bons costumes, a ética, a soberba que estariam fazendo uma limpeza, mas o trabalho sustenta que além do processo tradicional legislativo que ocorre há, portanto uma reciclagem demonstrando uma nova classe de pensadores com ideias extremistas sem respeito algum com dignidade da pessoa humana.

O debate entusiasmado somente acorda o estudo para esses dois aspectos o estudo no discurso e o comportamento de tais deputados na Câmara, mas estabelece que sejam meras

implicações que devem ser compreendidas, primeiramente, no aspecto essencial que é à maneira de entrada de tais deputados, já que é essencial para sê-lo deputado e estender o campo de visão para seus comportamentos e discursos.

O papel da religião na política, pela grande quantidade de pastores e padres a entrar na política e usando seus argumentos morais e religiosos na política. Então o trabalho tenta chegar ao perfil de voto que tais pessoas desempenham para chegar a ter um cargo no Congresso Nacional.

Estabelecer esse estudo envolve a preocupação de utilizar as formas de estudo de federalismo desencadeando os estudos primordiais e fazer referência ao perfil de voto e entender se a estratégia é diferente ou não já que o crescimento de tal bancada leva a entraves no contexto do poder legislativo que se contrapõe com os princípios do Estado Democrático de Direito revelam para o cidadão brasileiro.

No contexto histórico da política ocorre que há de se falar em clientelismo, patrimonialismo que se tornaram formas de administração pública adotada no Brasil, tendo em vista a capacidade de usufruto dos bens públicos para uso particulares. Há de compor essas consequências às voltas e reviravoltas do sistema de governo que gerou insegurança por parte da população que passa por anos de opressão e respira poucos anos democráticos com a segurança jurídica que se compreende atualmente.

Há também se percebe o tema sobre o constitucionalismo simbólico que determina a falta de cumprimento de normas dentro do diploma legal, que não possui eficácia, legitimidade e que despertam na sociedade um estímulo negativo, mas que mesmo assim as diretrizes constitucionais se consolidam, tornando uma característica da CF/88, de ser um diploma extensivo falando sobre diversos temas e os normatizando. Ou seja, se identifica a judicialização das relações na sociedade e a constitucionalização do direito.

3. OS IMPACTOS DA POLÍTICA E QUAL O LIMITE DESTES REFLEXOS

O federalismo desenhado pelo Brasil ressalva as oportunidades que os antigos regimes desempenharam no poder no Brasil. Observam-se os mesmos institutos pré-federalismo quando ocorre a mudança da forma de Estado brasileiro. O modelo estadunidense trazido não conseguiu seus objetivos idênticos ao Brasil pela forma estrutural que o Estado estava são algumas delas:

- i. Modelo patriarcal: Na qual o Brasil mantém através de seus modelos de família e as instituições de poder públicos;

O olhar sobre o patrimonialismo revela que nos regimes políticos o controle é desempenhado por um pequeno grupo que detém o poder e o controle dos diversos aparelhos que o Estado detinha. Para o sociólogo Max Weber, o patrimonialismo é uma forma de dominação essencialmente tradicional, característica de regimes antigos, ou seja, ocorre como traço característico a necessidade de polos dentro da sociedade para haver o funcionamento da sociedade.

- ii. Modelo Clientelista: Na qual eu confundo as instituições públicas e privadas;

Está terceira característica não se liga a um modelo mais um efeito histórico trazido na parte jurídica das constituições que tiveram grande influência na forma de governo do país que é a centralização e descentralização causando um efeito sanfona e construindo espíritos absolutistas nas altas classes.

- iii. Modelo Cultural: O Brasil não exercia na sua Cultura uma abertura federalista tão grande igual aos EUA. É impossível um efeito ser igual quando se têm culturas, meios diferentes.

O desenho constitucional concebido no Brasil depreende-se através da descentralização política e pelo federalismo. Tal arquitetura levou a construção dos modelos dos quais conhecemos na parte organizacional e administrativa da constituição denominado os entes federativos: União, Estado e Municípios.

Na organização da Constituição, nos debates acalorados da Assembleia Constituinte, observa-se que a iniciativa do federalismo brasileiro através da descentralização caracteriza-se pela distribuição de subsídios maiores para a União e, em contra partida se realiza a criação do novo ente federativo, o município. Instituinto novos gastos governamentais na explosão da criação dos municípios.

O estado passou a ser o grande conflito distributivo acerca dos recursos orçamentários, assim também, como a União e o Município. Tal processo gerou um processo de alianças e conflitos entre os partidos de maior representação no congresso nacional para a assembleia nacional constituinte.

Afirma (SOUZA, 2001):

Argumento que, embora a decisão de descentralizar poder político e financeiro, o que gerou um novo federalismo, tenha sido marcada por conflitos, tensões e contradições, ela favoreceu a consolidação da democracia, tendo tornado o Brasil um país mais “federal”, pela emergência de novos atores no cenário político e pela existência de vários centros de poder soberanos que competem entre si.

O ato de descentralizar na Constituição de 1988 inicia de um procedimento histórico de repressão que o país viveu anteriormente. (SOUZA, 2001): A Constituição foi desenhada para formar as bases da nova ordem e para legitimar a redemocratização. A descentralização e um federalismo que constrange o centro, na expressão de Stepan (2000a), foram vistos como formas de legitimar a redemocratização e reestruturar o Estado.

Portanto, a constituição gera uma nova adaptação e novos objetivos e fundamentos gerando diversos problemas sociais, na política, mas o que contribui em massa para ampliar o problema de efetividade dos direitos no Brasil em seus aparelhos federativos.

Caracterizado por (SOUZA, 2001):

“A engenharia constitucional brasileira gerou um federalismo que incorpora múltiplos centros de poder e que pode ser caracterizado como um sistema complexo de dependência política e financeira entre esferas de governo. Desde 1988, vários centros de poder, embora desiguais, passaram a ter acesso ao processo decisório e à implementação de políticas. Em um sistema democrático e com marcas os políticos subnacionais tornaram-se uma fonte de apoio para a coalizão nacional de governo, com possibilidades de sustentar ou vetar políticas públicas, inclusive nacionais. A força desses políticos e dessas esferas não significa, todavia, que o Executivo e o governo federal tornaram-se atores passivos.”

As escolhas que se moldaram na constituinte gera impacto dentro sistema organizacional e governamental brasileiro. Os problemas fiscais, a falta de organização da criação de municípios, os subsídios que foram decididos através de alianças políticas foram pontos decisivos para acarretar a dificuldade do desenho constitucional traçado na constituição.

Tal modelo criado gerou para (SOUZA, 2001):

A síntese que pode ser feita é que a solução para os principais problemas que afetam o federalismo brasileiro depende menos de como o federalismo está hoje desenhado na

Constituição e das instituições que o modelam do que (a) do encaminhamento de conflitos políticos mais amplos, em que o das desigualdades regionais inscreve-se, e (b) da redefinição de prioridades governamentais – tema, portanto, do território das políticas públicas e não da Constituição.

A precariedade gerada pela falta de organização no desenho constitucional levou aos partidos e chefes políticos a traçarem uma nova forma de conseguir chegar ao poder através de alianças que começariam, primeiramente, pelo município através de troca de favores, prestando serviços, facilitando orçamento para a política local. As estratégias criadas moldam-se ao desenho constitucional.

A grande contribuição vem da troca de favores, da influência da família nestas cidades que se colonizaram como engenhos e tendo o senhor comandando os papéis organizacionais deste local. Aponta-se que o modelo foi essencial para tal. Não se pode descartar tal aspecto social e cultural quando se fala em clãs políticos no Brasil.

A gama de direitos que cuidam e disciplinam as regras para a atuação da soberania popular para contribuir ao exercício da liberdade de participação dos negócios político do Estado, conferindo-lhe os atributos da cidadania. Já os direitos à existência, organização e participação em partidos políticos regulamentam para preservar os instrumentos necessários à preservação do Estado democrático de direito, assegurando autonomia e plena liberdade de desempenhar para concretizar o aparelho representativo.

Sendo a ideia de pacto social que cria a relação da legislação escrita e federalismo onde a sociedade garantidora do direito de participação política promovendo o caminho para a descentralização política compondo então todo esse sistema. Tal rigidez é necessária para poder haver uma estabilidade e garantir a separação de poderes no Estilo americano.

As pessoas se vinculam em agrupamentos sociais e fazem com que o congresso nacional esteja representado a este agrupamento. A adaptação da nova constituição e os novos objetivos e fundamentos geram diversos problemas sociais, na política, mas que o desenho constitucional adotado com a forma de construção do modelo de política sempre patriarcal ou de gratidão gera o sistema de clãs políticos nos diversos entes federativos. O Patrimonialismo, o espírito faccioso das pessoas e o clientelismo demonstram na sociedade os resquícios de autoridade excessiva, liberdade extrema, dentre outros aspectos que através do estudo dos clãs são rebatidos.

Esta classe gera um fenômeno curioso que é o instinto comportamental do indivíduo religioso repetir seu comportamento de moral e bons costumes dentro do poder legislativo com o dogma da sua Igreja. O perfil de voto dos deputados são evangélicos que enxergam no seu líder religioso a capacidade de mudança no país e que os dogmas religiosos devem repetir-se também no congresso nacional, já que, seu deputado é limpo ou puro.

O poder da Igreja está mais que demonstrado historicamente na idade média e tal processo está se repetindo no Brasil onde os diplomas legais exploram a defesa da liberdade, tem como fundamento a dignidade da pessoa humana, mas não ocorrem decisões por parte destes perfis da bancada evangélica.

As pessoas se vinculam em agrupamentos sociais e fazem com que o congresso nacional esteja representado com este agrupamento. A adaptação da nova constituição e novos objetivos e fundamentos gera diversos problemas sociais, na política, mas o que contribui massivamente para ampliar o problema é o desenho adotado com a forma de construção do modelo de política sempre patriarcal ou de gratidão. Além do mais, problemas na própria estrutura política que se estendem a tais bancadas como o Patrimonialismo, o espírito faccioso das pessoas e o clientelismo que demonstram na sociedade os resquícios de autoridade excessiva, liberdade extrema, dentre outros aspectos, entretanto, os direitos e garantias individuais foram criados com intuito de proteger o ser humano aos abusos do Estado.

E é assim, a CF/1988 contribui para mudar a situação política e atender aos vários setores da sociedade, pois marca um período diferente no contexto histórico-social, priorizando assegurar os direitos fundamentais e apresentar dispositivos para abranger ainda mais nos direitos e deveres garantidos no qual este recorte dar-se-á pós-efetivação de desejos privados na influência da máquina política.

É fazer com que o texto normativo e a sociedade caminhem com a mesma perspectiva e que os olhares das pessoas mudem para garantir ainda mais debate e construções que concretize amplamente os dispositivos contidos em lei. Portanto, surge a necessidade de fiscalização efetiva para que as estruturas não condicionem o pensamento democrático instaurado pela CF/88. Haver por parte de a sociedade o olhar para o crescimento estatal e não somente pessoal. A verdadeira democracia é o domínio de uma maioria, mas a escolha dessa maioria deve ser cautelosa, já que a luta por tal democracia foi tão difícil para perdê-la tão facilmente.

4. CONCLUSÃO

A CF/1988 contribui para mudar a situação política e atender aos vários setores da sociedade, pois marca um período diferente no contexto histórico-social, priorizando assegurar os direitos fundamentais e apresentar dispositivos para abranger ainda mais nos direitos e deveres garantidos no qual este recorte dar-se-á por efetivação de desejos privados na influência da máquina política. A religião avança, à medida que, o perfil do eleitorado muda e como mudou é o sentido desta pesquisa.

A pesquisa avalia o Deputado Federal evangélico não excluindo a sua individualidade, mas corroborando que seu cargo possui imparcialidade, na medida que, os poderes funcionais do Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário) junto a sua função representa o povo e a sociedade em geral.

É fazer com que o texto normativo e a sociedade caminhem com a mesma perspectiva e que os olhares das pessoas mudem para garantir ainda mais debate e construções que concretize amplamente os dispositivos contidos em lei. Portanto, surge a necessidade de fiscalização efetiva para que as estruturas não condicionem o pensamento democrático instaurado pela CF/88. Haver por parte de a sociedade o olhar para o crescimento estatal e não somente pessoal. A verdadeira democracia é o domínio de uma maioria, mas a escolha dessa maioria deve ser cautelosa, já que a luta por tal democracia foi tão difícil para perdê-la tão facilmente.

A sociedade constitucionalizada e ainda judicializada não resolvendo seus próprios conflitos buscando sempre soluções no direito, através do judiciário a qualquer fato na sociedade. Como consequência não existe mais a divisão entre o direito público e privado, só para fins didáticos, e que a finalidade do direito atualmente se encontra para resolver conflitos de forma mais rápida, status quo de quem possui conhecimento e a utiliza para organizar a sociedade tendo os princípios e o próprio direito como a reparação ao dano como meio para obter um retorno financeiro.

O neoconstitucionalismo que concretiza os valores constitucionais e garantia de condições dignas mínimas, contudo, os valores delineados pela constituição deverão ser eivados de Ética, Moral e Justiça, além de propiciar as condições mínimas ao homem, o que novamente está ligado à dignidade da pessoa humana e aos direitos fundamentais. Porém, nesse ponto, o poder público e toda a sociedade devem desenvolver mecanismos a fim de concretizar esses valores colocando as dificuldades enfrentadas, solucionando de maneira

gradativa para obter a resposta mais eficaz aos anseios sociais e concretizando a cidadania da constituição fora do próprio papel.

Com rigor a evolução e o trabalho jurídico da constituição revelam uma forma de ponderar ou diminuir as dificuldades enfrentadas na sociedade com extremos juízos de valor. O direito em processo com a sociedade e as transformações e dificuldades do direito atualmente em diversas áreas: como o direito penal, administrativo e entre outros envolvendo a constituição para buscar com clareza a justiça e melhorar o processo de aplicabilidade das normas, já brasileiras, e as consequências para todo o direito.

A perspectiva nacional e internacional e como ocorreu à evolução da importância da constituição e de seus valores para garantir todos os direitos aos indivíduos, as abordagens são: a nova forma de perspectiva do direito constitucional para as pessoas e a segunda essa nova forma de enxergar o mundo no direito e sua reflexão para a sociedade e seus indivíduos, ou seja, não tem uma maneira melhor de trabalhar a não ser observando a história.

A grande questão no texto é que o problema central é no poder legislativo, pois por ser muito vulnerável e a predominância do poder positivado em que é o Estado que as fazem. Já que os seus princípios baseados em jogos políticos ficam condicionados a tal. E uma das soluções sugeridas é a reforma política que viabilizaria a não formação de conglomerados políticos e que as propostas seria a reflexão social dos indivíduos e acabaria aos poucos com a corrupção. Entretanto, o legislativo desempenha a função do judiciário de ser inerte, tendo a população de exigir a maneira, o tema para ser trabalhado no poder legislativo de cada ente que faz parte do Estado.

A premissa inicial do trabalho será traçado no estudo do Estado Brasileiro com o desenvolvimento do federalismo e suas características contribuíram para a condensação do perfil de voto a ser trabalhado, que nada mais é a elaboração de características do voto da bancada evangélica a partir da configuração dos Padrões de votos:

1. Disperso-compartilhado: Ocorre quando o padrão o voto é conseguido por camadas numericamente pouco expressivo e em vários municípios. Poderá ser aplicado a candidatos que façam parte da bancada evangélica nordestina que se candidatem no interior de seus estados e tenham apoio tão somente das igrejas locais utilizando seus fiéis.
2. Disperso-dominante: Quando as distribuições espaciais dos municípios principais são dispersas, mas a dominância é alta. Exemplo: É o que ocorre

com políticos com acordo com líderes locais ou exerceram cargos na administração pública que conseguiu utilizar-se das práticas clientelistas e patrimonialistas. Portanto, não será o padrão a ser estudado pela pesquisa nos deputados da bancada evangélica nordestina.

3. Concentrados-dominantes: Ocorre quando os candidatos domina um grupo de municípios próximos. Um exemplo seria uma histórica influência de determinada família em uma determinada região. Que também não será utilizado para o estudo.
4. Concentrados-compartilhados: São os candidatos que por estarem em locais de grandes áreas metropolitanas, reúnem certos setores do eleitorado que, sozinhos, elegem muitos deputados. Aplicar-se-á aos casos dos deputados que se encontram em zona metropolitana e capitais dos seus respectivos estados da bancada evangélica nordestina, ou seja, são políticos que querem o apoio de segmentos amplos em comunidades específicas e, apesar de se identificarem com essa comunidade, enfrentam uma forte oposição política.

O perfil de voto a ser estudado pela pesquisa será o concentrado-compartilhado e o disperso-compartilhado que será mais bem identificado nos deputados que compõe a bancada. O estudo será realizado pela compreensão que o padrão de voto será desenvolvido pela geografia do voto através da estatística e domínio informático.

Na revisão bibliográfica, se verifica o contexto político-social que o tema reflete pela geografia do voto: Estudo do estado brasileiro, compreensão dos sistemas eleitorais e investigação das bases de votação do candidato e se ocorrerá o uso do público para seus interesses particulares. Portanto, afirma (SANTOS,2015):

“estudos de voto geográfico admitem (e até necessita de) uma intersecção entre a Ciência Política e a Geografia, permitindo o desenvolvimento de estudos mais completos sobre apoios eleitorais e como tais apoios interagem de maneira complexa com os aspectos do território.”

REFERÊNCIAS:

AMES Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. FGV Editora, 2003.

ABRUCIO, Fernando Luiz. **A coordenação federativa no Brasil**. Revista de Sociologia e Política, n. 24, p. 41, 2005.

BAPTISTA, S. DE T. C. **Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembléia de Deus e da Igreja Universal do Reino de**

Deus no Congresso Nacional (1999-2006). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

DRUMOND, André. **Revista de Política e Cultura.** Disponível em: <https://revistaescuta.wordpress.com/2016/06/17/escuta-especial-conjuntura-bancada-evangelica-e-democracia-a-formacao-de-um-impasse-historico/>. 2016.

FRESTON, Paul. **Evangélicos na política brasileira.** Religião e Sociedade, v. 16, n. 1-2, p. 26-45, 1992.

GUIMARÃES, J. **Os direitos das mulheres e a liberdade dos homens (Mimeo).** In: VI ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE ESTUDOS E PESQUISAS. Belo Horizonte: Redefem, 2008.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições.** FGV Editora, 2006.

MARIANO, R.; PIERUCCI, A. F. DE O. O envolvimento dos pentecostais nas eleições de Collor. **Novos Estudos – CEBRAP**, n. 34, p. 92–106, 1992.

NEVES, Marcelo. **Constituição Simbólica.** 1º edição. Editora Martins Fontes. Recife, 1998.

OLIVEIRA, Jorge de; JULIETA, Paula. **A cidadania é para todos: direitos, deveres e solidariedade.** Revista do Curso de Direito da Faculdade da Serra Gaúcha, n. 7, 2013.

PIERUCCI, A. F. DE O. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. **Ciências Sociais Hoje**, p. 104–132, 1989.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito.** 27ª Ed.- São Paulo: Saraiva 2002

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** 4. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SOUZA, A. R. O desempenho político-eleitoral dos evangélicos de 1986 a 2008. **Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH**, v. 1, n. 3, 2009.

SOUZA, Celina. **Federalismo e descentralização na Constituição de 1988: processo decisório, conflitos e alianças.** Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2001.

SOUZA, Celina. **Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988.** Revista de Sociologia e Política, v. 24, n. 24, p. 105-122, 2005.

TREVISAN, J. A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no estado laico brasileiro. **Numen: Revista de estudos e pesquisa da religião**, v. 16, n. 1, p. 29–57, 2013.

____. Pentecostais e movimento LGBT nas eleições presidenciais de 2014. **Debates do NER**, v. 1, n. 27, p. 289–321, 2015.

[1] Na própria literatura da área, os números podem variar sensivelmente a depender da metodologia empregada – se contabilizados apenas candidatos vinculados às igrejas, ou se também aqueles apoiados por ela.

UOL. **Bancada Evangélica do Congresso reelege 37 deputados**. Revista UOL. São Paulo, 06 de out. de 2014. Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/06/eleicoes-2014-bancada-evangelica-reelege-deputados.htm#fotoNav=17>. Acesso em 06 de out. de 2014.